



Relação Brasil - OCDE: um inquérito sobre a influência norte-americana na Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico

Brazil - OECD relation: an inquiry about the North-American influence on the Organization for Economic Co-operation and Development

Bruno Motta Amat
Gabriel Lucas Soares Miranda Louzeiro
Guilherme Gomes de Barros de Souza

Resumo

Este artigo propõe a hipótese de que a influência dos Estados Unidos da América seria determinante no aceite a novos membros da OCDE. A OCDE agrega as nações mais ricas do mundo e que possui critérios detalhados para aceitar novos membros na Organização. O Brasil passou a se aproximar da OCDE na década de 1990 e em 2017 solicitou a entrada na Organização, apoiada pelos Estados Unidos em 2019. Estabeleceu-se um modelo econométrico para determinar se a maior aproximação do Brasil com os Estados Unidos aumentaria as chances do país em ser aceito na OCDE e utilizou-se ser membro da OTAN como *proxy* para a proximidade política de um país aos EUA. O modelo foi regredido com modelo de probabilidade linear, com modelo de efeitos fixos com dados em painel e utilizando as metodologias de Probit e Logit. A variável OTAN foi estatisticamente significativa em todos os modelos, o que reforçou a hipótese de que ser politicamente aliado aos EUA aumentaria as chances de um país em ser membro da OCDE. Assim, após apoio dos EUA, o Brasil passou a ter chances reais de entrar na OCDE como membro efetivo.

Palavras-chave: OCDE, Brasil, Estados Unidos da América, OTAN, Econometria.

Abstract

This article proposes the hypothesis that the influence of the United States of America would be decisive in the acceptance of new members to the OECD. The OECD aggregates the world's richest countries and it has detailed criteria to accept new members in the Organization. Brazil started getting close to the OECD in the 1990s and in 2017 it requested its membership to the Organization, which was endorsed by the USA in 2019. An econometric model was established to determine if the closer relation between Brazil and the USA would increase Brazil's chances of being accepted as an OECD member and the NATO membership was used as a proxy for a country being politically close to the United States. The model was regressed with a linear probability model, a fixed effects, panel data model, and with the Probit and Logit methodologies. The NATO variable was statistically significant in all models, thus reinforcing the hypothesis that being politically allied to the USA would increase the chances of a country to be an OECD member. Therefore, after the USA's endorsement, Brazil began to have real chances of becoming an effective OECD member.

Key-words: OECD, Brazil, United States of America, NATO, Econometrics.

1. Introdução

A visita do presidente brasileiro Jair Bolsonaro a Washington em março de 2019 foi um momento crucial para as relações entre o Brasil e a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Nela, pela primeira vez, o país teve o seu pleito de entrada como membro pleno da OCDE apoiado pelo mandatário americano, Donald Trump, o que foi clara mudança da anterior reticência dos Estados Unidos da América (EUA) sobre o assunto (PASSARINHO, 2019).

A partir desse marco, a possível entrada do Brasil na OCDE passou por importante discussão política e econômica no país. Todavia, desde a década de 1990, o Brasil já havia iniciado um movimento de colaboração e aproximação com a OCDE (GODINHO, 2018; PINTO, 2000). Mesmo assim, somente a partir da chancela do governo americano que o pleito brasileiro - existente desde 2017 (MINISTÉRIO DA ECONOMIA, 2017) - passou a ter real possibilidade de se concretizar.

Dito isso, este artigo busca analisar a razão do apoio americano ter sido considerado tão importante para a ambição do Brasil em ser membro da OCDE, mesmo depois de décadas de colaboração entre o governo brasileiro e a Organização. A seção 2 deste artigo faz uma breve introdução à OCDE, sua origem e seu papel como organismo internacional e analisa como se dá o procedimento de acessão à Organização. Em seguida, a seção 3 detalha a relação entre o Brasil e a OCDE desde os anos de 1990 até 2020. Por sua vez, a seção 4 estabelece um modelo econométrico que associa a proximidade de um país com os Estados Unidos da América e a chance deste país ser membro da OCDE. Por fim, a seção 5 traz a conclusão deste artigo.

2. A OCDE

2.1. Breve histórico da OCDE

A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) é uma entidade internacional que desenvolve políticas voltadas para a promoção da prosperidade, da igualdade e do bem-estar da sociedade. Para isso, a OCDE coopera com governos de diversas nações com o intuito de estabelecer normas internacionais e construir soluções para desafios sociais, econômicos e ambientais. Além disso, os objetivos atribuídos à Organização vão desde a ampliação da performance econômica

e estímulo a criação de empregos até o incentivo ao desenvolvimento da educação e a luta contra a evasão fiscal (OCDE, 2019).

É importante destacar que a OCDE é composta por 37 países e, para alcançar os seus objetivos, promove encontros entre governantes, parlamentares, representantes da sociedade civil e do meio acadêmico, dentre outros. Assim, a Organização favorece a formação de novos conhecimentos por meio do intercâmbio de informações e contribui para o aprimoramento de políticas públicas por intermédio de orientações aos Estados membros (OCDE, 2019).

Contudo, a OCDE não foi criada com suas características atuais. Originalmente denominada Organização para a Cooperação Econômica Europeia (OECE), foi criada em 1948 com o objetivo de reerguer a economia europeia - enfraquecida devido aos efeitos da Segunda Guerra Mundial - por meio da coordenação dos fundos advindos do Plano Marshall, auxílio financeiro norte-americano destinado aos países europeus afetados pela referida guerra. Entretanto, considera-se que o término do processo de recuperação econômica do continente europeu no final da década de 50 significou a conclusão do principal objetivo atribuído a OECE. Ademais, os processos de descolonização ocorridos na África e Ásia contribuíram para a formação de novos países subdesenvolvidos, os quais passariam a ser considerados na geopolítica internacional, aumentando, dessa forma, o grau de interdependência entre nações desenvolvidas e em desenvolvimento. Por esse motivo, a OECE, uma Organização voltada para os problemas internos da Europa e que se valia do auxílio financeiro proveniente dos Estados Unidos, “já não dispunha de mecanismos apropriados para responder aos desafios do novo equilíbrio internacional” (PINTO, 2000, p.17).

Portanto, fez-se necessária a criação de uma nova instituição que atendesse as necessidades de adaptação da OECE à política econômica mundial do pós-guerra – marcada pela polarização entre o eixo socialista e capitalista – e que servisse como um “centro para o pensamento econômico dos países desenvolvidos comprometidos com o fortalecimento do sistema de economia de mercado” (PINTO, 2000, p.17). Em virtude de tais circunstâncias, em 1961, constitui-se a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) a partir da reformulação sobre a OECE.

Com a evolução do bloco, outros países passaram a desejar entrar na Organização e para isso foram criadas rodadas de acesso. A OCDE, formada por 20 países em sua criação, agregou quatro novos membros na década de 1970 (Austrália,

Finlândia, Japão e Nova Zelândia). Na década de 1990, outros quatro países se tornaram membros (Coréia do Sul, Hungria, México, República Tcheca). Já nos anos 2000, a Eslováquia adentrou ao grupo e na década de 2010, Chile, Eslovênia, Estônia, Israel, Lituânia e Letônia entraram na Organização (TRADE UNION ADVISORY COMMITTEE TO THE OECD, 2018, p.2). Em 28 de abril de 2020 a Colômbia ingressou no bloco (OECD, 2020).

Assim, a Organização conta, em 2020, com 37 países membros, 1 candidatos a acesso (Costa Rica) e 5 parceiros-chave (Brasil, Índia, China, África do Sul e Indonésia) (OCDE, 2019). Já o processo de acessão da Rússia, iniciado em 2007, foi suspenso em 2014, após a invasão da região da Crimeia na Ucrânia (OCDE, 2014).

2.2. Procedimento de acessão à OCDE

Dado o desejo de outros países em entrarem na OCDE, definiu-se um processo para esse acesso. A OCDE afirma que esse procedimento é complexo e não seria apenas uma aceitação de sua convenção, mas também seria necessário participar de diversas rodadas de acesso ao bloco (TRADE UNION ADVISORY COMMITTEE TO THE OECD, 2018).

A OCDE criou critérios de avaliação para que um país participe previamente do bloco. Essa etapa é fundamental para se tornar um membro ativo já que objetiva o alinhamento do país com os princípios da Organização. Esses critérios são: (I) Estado de prontidão, representa a aderência ou processo de aderência a instrumentos adotados pela instituição, bem como a capacidade do país de participar efetivamente da OCDE; (II) Comprometimento com os valores da OCDE; (III) Quadro institucional, avaliação do sistema do governo do país; (IV) Fatores econômicos chave, considerando a performance econômica do país nos últimos 5 anos em relação à média dos países já membros; e (V) Relações com a OCDE, participação nos comitês e aderência aos instrumentos mesmo não sendo um membro (TRADE UNION ADVISORY COMMITTEE TO THE OECD, 2018, p.3).

Quanto ao “Estado de prontidão” são abordados três aspectos: 1) Economia e Governança, onde analisam-se as características de livre mercado, transparência fiscal, sistema financeiro estável e transparente, acesso à informação; 2) Engajamento, no qual avaliam-se as características de capacidade de manter o processo de acesso cumprindo as obrigações de um membro da Organização, participação ativa nos

principais comitês da OCDE, comparabilidade de dados e desenvolvimento de políticas; e 3) Impacto, onde analisa-se o papel do país na economia global (OCDE, 2017, p.7).

Já o “comprometimento com os valores da OCDE” pode ser entendido no seguinte trecho:

Membros da OCDE continuam a formar uma comunidade de nações comprometidas com os valores de democracia baseados no Estado de Direito e direitos humanos e aderência aos princípios de uma economia transparente e livre. O principal objetivo da organização é promover um maior e mais limpo crescimento econômico e aumentar os empregos junto com os padrões de vida das populações. Para essa análise são identificados desafios políticos relacionados à economia, pautas sociais e ambientais além de designar políticas para melhorar o bem-estar das pessoas ao redor do mundo (OCDE, 2011, p. 2, tradução própria).

Quanto ao “quadro institucional”, observa-se: 1) Tipo de governo; 2) Divisões administrativas; 3) Sistema legal; 4) Órgão executivo; 5) Órgão legislativo; 6) Órgão judiciário; 7) Banco Central; e 8) Autoridade de competição econômica (OCDE, 2017, p.9).

Ademais, a análise dos “fatores econômicos chave” se baseia em uma série de indicadores econômicos como: População; Área do país; Produto Interno Bruto (PIB); PIB de setores específicos (Agricultura, manufatura e serviços); Gasto do Governo; Exportações, Importações; Conta corrente da balança de pagamentos¹; Dívida externa; Inflação; Força de trabalho; Desemprego; Auxílio desemprego; e Investimentos Diretos Externos (OCDE, 2017, p.9).

O quinto fator a ser levado em conta para se tornar membro são as relações do país com a OCDE”, que analisa a participação nos comitês da Organização, aderência aos seus instrumentos legais e participação nas ferramentas de relações globais (OCDE, 2017, p.10).

Em cartilha publicada em 2018, a OCDE apresentou uma pontuação de países membros e parceiros no critério de comprometimento com os valores da entidade. Dentre os índices abordados estão o *EOCD Restrictiveness Index* (mensura a abertura da economia a investimentos externo sendo que o valor 1 representa uma economia fechada e o uma economia aberta) [FDI], *Rule of Law Indicators of the World Justice Project* (busca demonstrar se o Estado de Direito é aplicado na prática, sendo o para

¹ Consiste no conjunto da Balança comercial (importação e exportação de bens), Balança de serviços (importação e exportação de serviços), Renda Primária (Envolve remunerações ligadas a juros e lucros), Renda secundária (Transferências de renda sem contrapartida) (BCB, 2015).

fraco Estado de Direito e 1 para forte) [WJP], *UNDP's Human Development Index* (Busca identificar o desenvolvimento além do econômico) [IDH], *Universal Human Rights Index* (Busca demonstrar o comprometimento do governo com as pautas de direitos humanos de forma que o valor 1 simboliza alto desenvolvimento e o baixo desenvolvimento), *Transparency International Corruption Perception Index* (Analisa a corrupção do setor público sendo o valor 0 para extremamente corrupto e 100 para sem corrupção) [TI] (TRADE UNION ADVISORY COMMITTEE TO THE OECD, 2018, p.4).

Foram adicionados, também, dois indicadores sobre direito dos trabalhadores: *Penn State University/ILO Labour indicators* (relacionado a liberdade de contratação e poder de barganha de trabalhadores coletivos sendo o valor zero para forte poder de barganha e valor um para fraco) [PSLU/ILO] e *ITUC Human and Trade Union Rights index* (Mensura o grau de respeito do país para com o direito dos trabalhadores sendo 1 para sem violações e 5 para sem garantia de direitos) [ITUC] (TRADE UNION ADVISORY COMMITTEE TO THE OECD, 2018, p.6).

A tabela abaixo apresenta as notas de alguns países nesses quesitos:

Tabela 1: Pontuação no comprometimento com valores da OCDE (2018)

País	Relatório de direitos humanos	Pontuação o WJP	Pontuação TI	Pontuação IDH	Pontuação FDI	Pontuação o PSLU/IL O	Pesquisa ITUC
Austrália	22	0,81	77	0,939	0,15	1,09	1
Áustria	15	0,81	75	0,89	0,11	0,38	1
Canadá	15	0,81	82	0,92	0,17	1,8	2
Chile	22	0,67	67	67	0,847	0,06	3
Croácia	19	0,61	49	0,827	n/a	1,31	2
Finlândia	15	0,87	85	0,895	0,02	0	1
França	19	0,74	70	0,9	0,04	1,44	1
Alemanha	16	0,83	81	0,93	0,02	1,32	1
Israel	10	n/a	62	0,899	0,12	1,44	3
Itália	18	0,65	50	0,92	0,05	0,91	1
Letônia	17	n/a	58	0,83	0,03	1,25	2
Nova Zelândia	22	0,83	89	0,915	0,24	2,78	2
Portugal	12	0,72	63	0,84	0,01	1,7	2
Suécia	19	0,86	84	0,91	0,06	0,73	1
Turquia	22	0,42	40	0,77	0,06	6,72	5
Reino Unido	21	0,81	82	0,91	0,04	0,48	4

Estados Unidos	22	0,73	75	0,92	0,09	4,9	4
Média da OCDE		0,73	68	0,89	0,07	4,9	4
Argentina	18	0,58	39	0,827	0,03	3,65	4
Brasil	18	0,54	37	0,754	0,1	3,11	4
China	15	0,5	41	0,738	0,33	10	5
Colômbia	19	0,68	59	0,776	0,05	2,9	2
Costa Rica	19	0,68	59	0,689	0,05	2,9	2
Rússia	20	0,47	29	0,804	0,19	4,48	3

Legenda: Em laranja - Média dos países da OCDE.

Fonte: Trade Union Advisory Committee to the OECD (2018, p.10). Elaboração própria.

3. Histórico da Relação Brasil – OCDE

3.1. Princípios do Relacionamento

Primeiramente, é importante ressaltar que, em 1978, a OCDE convidou o Brasil para participar do Comitê de Aço dada a relevância da indústria siderúrgica do país no mercado mundial (PINTO, 2000). Embora o Governo Brasileiro não tenha aceitado participar de tal Comitê na época, considera-se que esse convite representou um dos primeiros contatos estabelecidos entre o Brasil e a Organização. Posteriormente, a partir da década de 1990, observou-se um desenvolvimento da relação entre o Brasil e a OCDE em virtude da maior abertura da OCDE à participação de países não membros em instâncias da Organização e também pela eleição, no Brasil, do presidente Fernando Collor de Mello (1990-1992), que orientou uma política de maior aproximação do país com economias avançadas (PINTO, 2000).

Em 1991, uma delegação brasileira, liderada pelo embaixador Clodoaldo Hugueney Filho, realizou missão exploratória à OCDE com a finalidade de obter informações sobre os órgãos que compõem a Organização. Dessa maneira, seria possível ponderar em quais destes o Brasil poderia ingressar no futuro e verificar os procedimentos para admissão de novos membros (PINTO, 2000). Os resultados advindos dessa missão, indicados no relatório desta, pontuaram: (I) interesse dos países-membros da OCDE em relações mais próximas com o Brasil; (II) sugeriram uma estratégia de aproximação gradual por meio da participação em determinadas áreas entre o país e a Organização; (III) indicaram medidas de “caráter prático e administrativo” que favoreceriam a implementação da referida estratégia; e (IV) identificaram desafios referentes a aproximação do Brasil com a OCDE (PINTO, 2000).

Tais desafios se relacionavam: (I) à superação de resistências internas por meio do conhecimento recíproco, motivo pelo qual a seleção das áreas de atuação seria feita de modo que o Brasil participasse de comitês que objetivassem a troca de informações e experiências entre países; e (II) à disponibilidade de um quadro de funcionários que fossem qualificados para representar o Brasil em eventos de comitê promovidos pela OCDE (PINTO, 2000). As áreas de interesse assinaladas foram: Departamento Econômico; Comitê de Revisão Econômica e Desenvolvimento; Comitê de Administração Pública; Comitê de Indústria; Comitê de Aço; e Comitê de Meio Ambiente (PINTO, 2000).

Segundo Godinho (2018, p.189), os desdobramentos da política externa brasileira em relação à OCDE seguiram as considerações previstas no relatório da missão exploratória de 1991. Tal fato é corroborado quando se observa, durante meados da década de 1990, o contínuo processo de integração do país na categoria de país-observador em diversos comitês da Organização, dentre os quais: Comitê do Comércio em 1997; Comitê de Governança Pública (Sucessor do Comitê de Administração Pública) em 2001; Comitê de Concorrência em 1998; entre outros.

Vale destacar que o país se tornou um membro pleno do Comitê do Aço em 1996 e do grupo de trabalho sobre a Convenção Antissuborno da OCDE em 1997. Além disso, observa-se que outro desdobramento associado à aproximação gradual do Brasil foi o estabelecimento do Programa da OCDE para o país em 1998 (GODINHO, 2018). Considera-se que tal programa suscitou os Estudos da OCDE (*Economic Survey*) sobre o Brasil e revisões por pares sobre políticas brasileiras na área de concorrência - nos anos de 1999 e 2000 - e meio ambiente no ano de 2005 (GODINHO, 2018).

3.2. Relacionamento Brasil – OCDE no século XXI

3.2.1. Perspectivas de mudanças na OCDE

Tendo em vista o nível de engajamento alcançado pelo Brasil em relação à OCDE no final da década de 1990, observou-se que o país se manteve ciente sobre qualquer perspectiva de mudança que pudesse ocorrer na Organização. Tal fato é

reafirmado pela missão à OCDE - organizada em 2004 pelo então subsecretário geral de Assuntos Econômicos e Tecnológicos do Itamaraty – que teve a finalidade de obter informações acerca das discussões relacionadas à possível ampliação da Organização e aos relacionamentos desta com países não-membros (GODINHO, 2018). Segundo Godinho (2018, p.191), os resultados provenientes dessa missão indicaram: (I) o estágio ainda inicial dos diálogos sobre a implementação da estratégia de ampliação da OCDE; (II) o sentimento favorável por parte dos países membros em relação a possível entrada do Brasil na Organização; e (III) a importância atribuída às reflexões sobre os custos e benefícios referentes a tal entrada “em paralelo com a avaliação da própria evolução da Organização” (GODINHO, 2018, p. 191).

3.2.2. GIT e Evolução da Participação Brasileira na OCDE

Em 2005, o Grupo Interministerial do Trabalho (GIT) foi criado com o objetivo específico de administrar a atuação brasileira na OCDE (GODINHO, 2018). Dentre as funções desse órgão, destacam-se: análise de estudos sobre OCDE; desenvolvimento de estudos concernentes às relações entre o Brasil e OCDE; análise sobre a adequação da política e legislação brasileira aos instrumentos da Organização; administração da participação do Brasil em órgãos da Organização; auxílio a promoção de eventos da OCDE no Brasil; e divulgação de estudos da OCDE sobre o país (GODINHO, 2018).

A partir de 2006, observou-se a ampliação da participação brasileira em variadas instâncias da Organização nas categorias de participante e membro ou associado. Como participante, o país ingressou no Comitê de Estatística (2006), no Comitê de Políticas Científicas e Tecnológicas (2007) e no Grupo de Trabalho sobre Segurança de Produtos ao Consumidor (2010). Como membro ou associado, o país ingressou no Conselho Diretor do Programa Internacional de Avaliação dos Estudantes (2013), no Grupo de Trabalho sobre Indicadores dos Sistemas Educacionais (2013), no Fórum Global de Transparência e Troca de Informações na Área Tributária (2009), dentre outros. Até o ano de 2018, o Brasil participava de 47 instâncias da Organização. Em comparação ao ano de 2006, quando o país registrava participação em 30 instâncias, nota-se que a ampliação da cooperação do Brasil com a OCDE, sob a forma de participação em instâncias por exemplo, reflete o contínuo desenvolvimento da relação entre o país e a Organização nos últimos anos (GODINHO, 2018).

3.2.3. Engajamento Ampliado

Em 2007, a OCDE lançou o Programa de Engajamento Ampliado, uma iniciativa voltada para o aprofundamento das relações entre a Organização e a África do Sul, Brasil, China, Índia e Indonésia (Ministério da Economia, 2019). Godinho (2018, p. 97) comenta que tal iniciativa se diferenciou das outras formas de cooperação então firmadas pela OCDE com países não-membros. O autor ainda comenta que a Organização estabeleceu diversas atividades de integração para os cinco países em questão, dentre as quais destacam-se: maior nível de integração às atividades de revisão por pares e comitês relacionados ao intercâmbio de experiências; e participação na elaboração de bases de dados e indicadores (GODINHO, 2018).

Em 2012, o Brasil se tornou um parceiro-chave (*key-partner*) da OCDE, condição que o permite ingressar mais facilmente em comitês, órgãos e grupos de trabalho da Organização (Ministério da Economia, 2019). Nota-se que a contínua aproximação do Brasil com a OCDE, bem como a relevância do país no cenário internacional, contribuiu para a sua inclusão neste programa, o qual visa o estreitamento da relação de cooperação entre a Organização e economias emergentes (THORSTENSEN; GULLO, 2018).

3.2.4. Acordo Marco de Cooperação com a OCDE

É indubitável que a relevância econômica e política dos países considerados parceiros-chave da OCDE contribuiu para a sua contínua aproximação com a Organização. No entanto, observa-se que o relacionamento entre ambas as partes não se restringiu somente ao Programa de Engajamento Ampliado, uma vez que a OCDE estabeleceu programas de trabalho e acordos de cooperação com os parceiros-chave a fim de institucionalizar a sua relação com estes.

Em 2015, o Brasil negociou o Acordo Marco de Cooperação com a OCDE, o qual permite

aprofundar e sistematizar o relacionamento com a OCDE e estabelecer uma base jurídica única para as contribuições financeiras aportadas pelo Brasil em contrapartida de sua participação nas várias instâncias da Organização (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, 2015).

Sobre o teor do documento relacionado ao acordo, observa-se que foram feitas considerações a respeito da cooperação existente entre o Brasil e a OCDE, destacando os diversos órgãos que o Brasil participa, da agenda em comum de políticas públicas

(criação de empregos, crescimento inclusivo e ambientalmente sustentável, dentre outros) e dos benefícios mútuos advindos de tal cooperação (GODINHO, p.235, 2018).

Além disso, é importante ressaltar que o Acordo determina

encontros anuais para a identificação de áreas de cooperação prioritárias, acompanhamento de implementação de políticas, serviços e resultados, além do estabelecimento de programas bienais conjuntos de trabalho com base em interesses mútuos (THORSTENSEN, GULLO, p.21, 2018).

3.2.5. Programa de Trabalho Brasil – OCDE 2016-2017

Em novembro de 2015, firmou-se a Declaração Conjunta sobre o Programa de Trabalho Brasil-OCDE. Além de representar um desdobramento do processo de institucionalização das relações entre o Brasil e a OCDE, considera-se que tal Programa reafirma as possibilidades de benefícios mútuos advindos da aproximação gradual do país com a Organização. Acresce também que o seu documento ressalta a “perspectiva brasileira de que a cooperação com a OCDE facilitaria o enfrentamento de desafios no plano das políticas pública domésticas” (GODINHO, p.237, 2018) e aponta a “avaliação de benefício para a OCDE de participação ativa do Brasil no intercâmbio de experiências e conhecimento em suas instâncias” (GODINHO, p.237, 2018).

É importante salientar que a assinatura do Programa de Trabalho indica que a participação brasileira na OCDE terá novas oportunidades e desafios em relação às atividades do país na Organização (GODINHO, 2018). Segundo o Programa de Trabalho, estima-se que o Brasil ingressará em 43 instâncias adicionais, levando em conta que o país já participa de 47 instâncias. Caso essa estimativa se concretize, o país participaria de 90 instâncias da OCDE (GODINHO, 2018). Vale destacar que o Brasil é aderente a 37 instrumentos da Organização e, recentemente, solicitou adesão a mais 76 instrumentos (OCDE, 2018), o que reflete o constante desenvolvimento da relação que o país tem com a OCDE.

3.2.6. Pedido de acesso à OCDE em 2017

Em maio de 2017, o Governo Brasileiro apresentou o pedido de acesso à OCDE por meio de uma carta enviada à Organização (MINISTÉRIO DA ECONOMIA, 2017). Desde aquela época, o país iniciou o processo de adesão aos seguintes instrumentos:

Código de Liberalização do Movimento de Capitais e Código de Liberalização de Operações Correntes de Intangíveis (THORSTENSEN, GULLO, 2019).

Na época, previa-se que o pedido de acessão brasileiro seria analisado e aprovado rapidamente, uma vez que as relações entre o Brasil e a Organização se desenvolveram de forma ininterrupta desde a década de 1990. No entanto, em virtude da falta de acordo entre os países membros, a análise sobre tal pedido foi interrompida. Considera-se que o principal obstáculo que justifica essa interrupção seja a posição contrária do governo norte-americano quanto a entrada simultânea de vários países na Organização e pela sua preferência inicial à entrada da Argentina (FERNANDES, 2018).

Uma mudança importante em relação aos pedidos de acessão à OCDE se deu quando, no início de 2020, o governo norte-americano se comprometeu a apoiar a entrada do Brasil na Organização, decisão que se contrapôs ao apoio inicial, direcionado a Argentina até aquele momento (PASSARINHO, 2020). Todavia, considera-se que essa mudança de posicionamento por parte dos Estados Unidos deve-se, em grande medida, às concessões que o Governo Brasileiro promoveu com base nas exigências feitas pelo Governo Americano, como a abdicação ao tratamento diferenciado (condição de país em desenvolvimento) na Organização Mundial do Comércio (OMC), isenção de vistos aos cidadãos norte-americanos que vem ao Brasil, dentre outras (PASSARINHO, 2020).

Ademais, deve-se considerar também o avanço do alinhamento ideológico e político entre os dois países. Tal fato é evidenciado pela fala do presidente brasileiro Jair Bolsonaro, em sua primeira visita a Casa Branca, em que afirmou “Eu tenho certeza que num futuro próximo é muito bom contar com um bom relacionamento de direita” (G1, 2020, p.1).

Portanto, espera-se que o Brasil se torne um membro pleno da Organização nos próximos anos, uma vez que o governo brasileiro vem promovendo a adequação da legislação nacional de acordo com as normas defendidas pela OCDE em diversas áreas, como economia e meio-ambiente. Além disso, vale destacar que “dado o histórico de aproximação entre o Brasil e a OCDE, o pedido de acessão brasileiro segue uma ordem evolutiva na relação entre o país e a Organização” (THORSTENSEN; GULLO, p.21, 2018).

4. Modelo econométrico de acesso à Organização

4.1. Descrição do modelo

Para analisar a possível entrada do Brasil na Organização, foi elaborado um modelo econométrico cuja variável dependente é uma variável *dummy*² que define se o país é membro da OCDE ou não é membro da OCDE. O principal objetivo deste artigo foi verificar se, com o alinhamento político do Brasil com os Estados Unidos, aumentaria a probabilidade de entrada do Brasil na Organização.

Como forma de mensurar a proximidade política e ideológica de um país com os Estados Unidos, optou-se por utilizar o fato de um país ser membro da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN). Para explicar a razão de tal escolha, será explicado brevemente, abaixo, a origem dessa organização internacional.

A OTAN foi criada em abril de 1949, no contexto da Guerra Fria, com o intuito de fazer frente ao avanço da influência militar e econômica da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) na Europa após a Segunda Guerra Mundial (NATO, 2020; MELO, 2018). Sua criação teve participação central dos Estados Unidos, os quais eram vistos como essenciais para auxiliar os países europeus enfraquecidos pela guerra em sua oposição à URSS. Nesse período de disputa entre as superpotências - EUA e URSS -, estimulou-se a criação de políticas de lealdades mais consistentes com esses dois países. Dessa forma, um acordo de aliança militar entre países aliados aos EUA estava de acordo com a lógica bipolar do período (MELO, 2018).

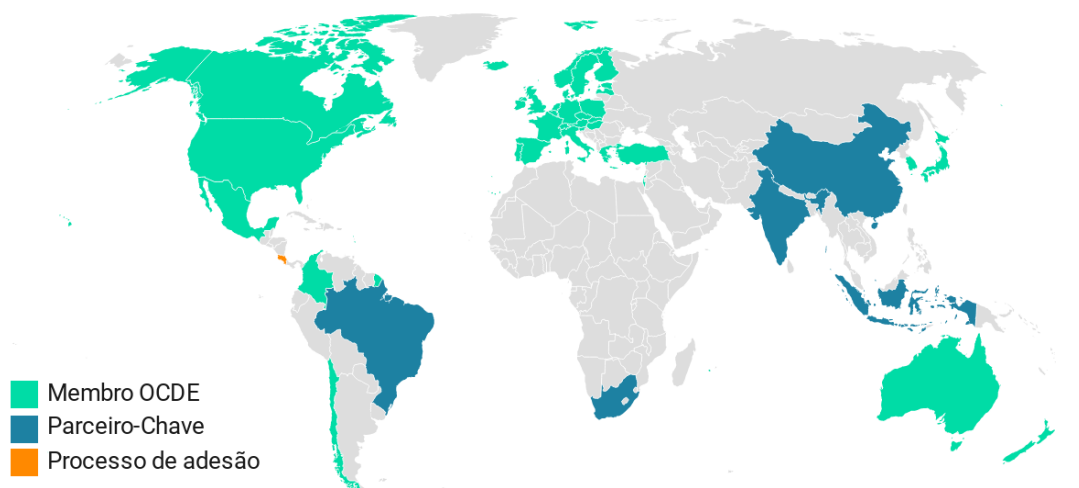
A OTAN passou por adaptações após o fim da Guerra Fria e a queda da União Soviética, ampliando os seus membros com a entrada de países europeus anteriormente socialistas e se tornando não só uma aliança militar, mas também uma organização de segurança coletiva para os seus membros. Mesmo assim, fazer parte da OTAN continuou a simbolizar um alinhamento político e militar com os Estados Unidos e potências europeias como Reino Unido, França e Alemanha (MELO, 2018).

² Variável cujos valores podem ser apenas 1 (verdadeiro) ou 0 (falso).

Por esse motivo, optou-se por utilizar a qualidade de membro da OTAN como *proxy*³ para ser aliado, militarmente e politicamente, aos EUA.

Por mais que OTAN apresente um limite geográfico, é possível observar que a maioria dos países da OCDE estão compreendidos na mesma região da OTAN.

Figura 1: Países da OCDE



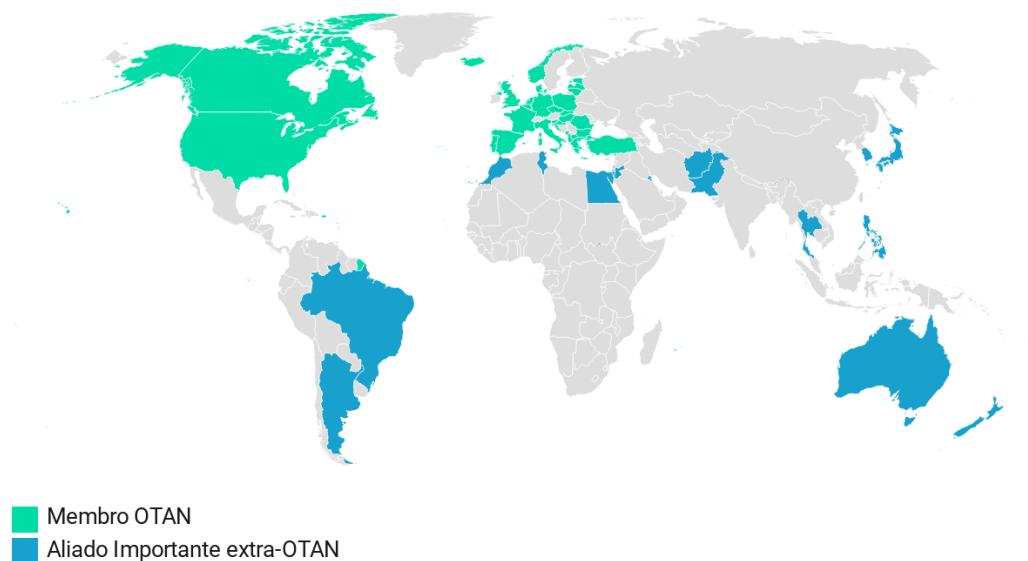
Fonte: OCDE (OCDE, 2020). Elaboração própria.

Além disso, na Figura 2 são destacados os países da OTAN e os aliados extra-OTAN⁴ mais importantes dos EUA.

Figura 2: Países da OTAN e Aliados importantes extra-OTAN

³ Proxy é uma “variável que é utilizada no lugar da variável de interesse quando essa variável de interesse não pode ser medida diretamente” (OXFORD REFERENCE, 2020, p.1, tradução nossa).

⁴ Alguns dos benefícios desta caracterização são: Colaboração no desenvolvimento de novas tecnologias militares, acesso privilegiado à indústria bélica americana, aumento do compartilhamento de juntas militares bem como a financiamento de equipamentos militares (EMBAIXADA DOS ESTADOS UNIDOS NO BRASIL, 2019).



Fonte: OTAN (OTAN, 2020) e Departamento de Estado dos Estados Unidos (DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS POLÍTICO-MILITARES DO GOVERNO FEDERAL DOS ESTADOS UNIDOS., 2020).
Elaboração própria.

A partir da semelhança entre os países dos dois blocos foi desenvolvido um modelo com o objetivo de mensurar a influência americana na entrada de um país no bloco.

Assim, foi adicionada uma estimação de efeitos fixos, no qual é possível eliminar fatores constantes no tempo (os resultados da estimação estão na tabela 3). Esse método centraliza os valores na média de cada variável explicativa e realiza a regressão no modelo de MQO agrupado de todas essas variáveis (WOOLDRIDGE, 2016, p.535).

Para estimar os modelos foi utilizada uma base de dados com 45 países⁵ e optou-se por corte contendo apenas países que apresentassem relação com a OCDE, seja como membro, parceiro-chave ou que tenha solicitado o acesso (a Arábia Saudita também foi adicionada por fazer parte do G20). Ademais, o período de tempo utilizado na regressão foi de 2002 a 2017, ou seja, 16 anos. Dessa forma, por se tratar de um curto intervalo de tempo, assume-se que elementos como caráter das instituições e

⁵ África do Sul, Alemanha, Arábia Saudita, Austrália, Áustria, Bélgica, Brasil, Canadá, Chile, China, Colômbia, Coreia do Sul, Dinamarca, Eslováquia, Eslovênia, Espanha, Estados Unidos, Estônia, Finlândia, França, Grécia, Holanda, Hungria, Índia, Indonésia, Irlanda, Israel, Islândia, Itália, Japão, Letônia, Lituânia, Luxemburgo, México, Nova Zelândia, Noruega, Polônia, Portugal, Reino Unido, República Tcheca, Rússia, Singapura, Suécia, Suíça e Turquia.

cultura são constantes e, assim, não seriam necessárias variáveis para analisar seu comportamento no modelo.

Além disso, as bases de dados de alguns países não são contínuas, como é o caso dos dados da Argentina. Deste modo, caso esse país fosse adicionado na base de dados analisada, seria necessário retirar alguns períodos de tempo. No entanto, ressalta-se que, caso fosse adicionado mais um ano ao modelo, seria necessário abdicar de alguns países na amostra por não apresentarem alguns dos dados a serem analisados. Assim, buscou-se otimizar o número de países e períodos de tempos considerados no modelo, de forma a não excluir nem um ano ou Estado fundamentais para essa análise.

Os modelos contaram com as seguintes variáveis: (I) OTAN (indica se o país está ou não nessa Organização); (II) FDI (indica o Investimento Estrangeiro Direto [IED] que o país recebe em percentual do PIB)⁶; (III) Imports_b (indica o valor de importações *free on board* [FOB]⁷ do país, dividido por um bilhão)⁸; (IV) Inflation (representa a inflação)⁹; (V) Life_expectancy (representa a expectativa de vida)¹⁰; e (VI) Education (indicador utilizado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) para avaliar educação¹¹)¹².

As variáveis referentes ao IED e às importações se relacionam com o grau de abertura da economia, fator considerado de suma importância para acessar o bloco. As variáveis que consideram expectativa de vida e educação buscam apresentar parâmetros de qualidade de vida nesses países. Por fim, OCDE é a variável dependente do modelo e OTAN é a variável de interesse que busca representar a influência americana na Organização.

Ressalta-se que se havia utilizado a variável PIB per capita no modelo, contudo ela apresentou a alta correlação com a variável de expectativa de vida (0,64). Esta alta

⁶ Fonte: Banco Mundial (2020). Série: Foreign direct investment, net inflows (% of GDP). Disponível em: <<https://data.worldbank.org/indicador/BX.KLT.DINV.WD.GD.ZS>>.

⁷ Não considera os valores de frete no cálculo do preço das importações.

⁸ Fonte: Banco Mundial (2020). Série: Imports of goods and services (constant LCU). Disponível em: <<https://data.worldbank.org/indicador/NE.IMP.GNFS.KN>>.

⁹ Fonte: Banco Mundial (2020). Série: Inflation, consumer prices (annual %). Disponível em: <<https://data.worldbank.org/indicador/FP.CPI.TOTL.ZG>>.

¹⁰ Fonte: Banco Mundial (2020). Série: Life expectancy at birth, total (years). Disponível em: <<https://data.worldbank.org/indicador/SP.DYN.LE00.IN>>.

¹¹ Utiliza como base os anos médios de estudo e a expectativa de anos de estudo (PNUD, 2020).

¹² Fonte: PNUD (2020). Série: Education Index. Disponível em: <<http://hdr.undp.org/en/data>>.

correlação ocorreu pois países com maior expectativa de vida também possuem habitantes com maior renda. Assim, para evitar problemas de multicolinearidade, a variável PIB per capita foi omitida do modelo e seu efeito passou a ser demonstrado pela variável de expectativa de vida.

4.2. Modelos econométricos

4.2.1. Modelo de probabilidade linear

O primeiro modelo é pautado em uma análise de probabilidade linear utilizando o método de Mínimos Quadrados Ordinários (MQO) e assumindo a hipótese de homocedasticidade dos resíduos. O objetivo dessa metodologia é fazer uma análise causal entre as variáveis OCDE e OTAN, controlando com as outras variáveis do modelo.

Os resultados dessa regressão podem ser observados nas tabelas abaixo.

Tabela 2: Modelo de probabilidade linear

Variável dependente: OCDE		
Variáveis independentes	Coefficiente	P-valor
OTAN	0,239	0,000
FDI	-0,002	0,094
Life_expectancy	0,046	0,000
Imports_b	-4,67E-08	0,318
Inflation	0,002	0,719
Education	0,455	0,002
Constante	-3,361	0,000
R2	0,51	
Teste F (7, 712)	105,99	

Fonte: Elaboração própria.

4.2.2. Modelo de efeitos fixos

O problema presente na regressão de probabilidade linear é que cada país apresenta elementos fixos, como instituições e cultura, os quais não são possíveis de ser mensurados. Para corrigir essa dificuldade utilizou-se o agrupamento de dados em

painel, ou seja, os dados de cada país serão observados ao longo do tempo. Dessa forma, há uma dependência temporal e geográfica (diferente no caso da regressão por modelo de probabilidade linear).

Para garantir a consistência das estimações do modelo de efeitos fixos, realizou-se o teste de Hausman, que se baseia em testar a hipótese nula de que os efeitos não observados não estão correlacionados com as variáveis explicativas (WOOLDRIDGE, 2016, p. 548). O resultado de teste foi um p-valor de 0,0568, ou seja, em um intervalo de confiança de 90%, pode-se recusar a hipótese nula e garantir que no modelo de efeitos fixos os coeficientes são consistentes.

A tabela abaixo demonstra os resultados dessa regressão.

Tabela 3: Modelo de efeitos fixos

Variáveis de painel: País, Ano		
Variável dependente: OCDE		
Variáveis independentes	Coefficiente	P-valor
OTAN	0,189	0,000
FDI	-0,001	0,426
Life_expectancy	0,046	0,000
Imports_b	-6,84E-08	0,180
Inflation	-0,002	0,373
Education	-0,993	0,000
Constante	-2,159	0,000
R2 Geral	0,4	
Teste F (44, 668)	54,97	

Fonte: Elaboração própria.

4.2.3. Modelos de probabilidade normal e logarítmica

Como a variável dependente é binária (valor 0 para falso e 1 para verdadeiro) é possível utilizar o método de regressão assumindo uma distribuição de probabilidade diferente da linear. O problema dessa distribuição é que as probabilidades ajustadas das variáveis podem ser menores que 0 ou maiores que 1 e o efeito parcial médio delas é constante (WOOLDRIDGE, 2016, p. 648).

Para corrigir esse problema são utilizados dois métodos: I) Probit, que assume a distribuição normal; e II) Logit, que assume a distribuição logarítmica. Abaixo são demonstrados os resultados de regressão utilizando Probit e Logit respectivamente.

Tabela 4: Modelo de regressão Probit

Distribuição de probabilidade normal		
Variável dependente: OCDE		
Variáveis independentes	Coefficiente	P-valor
OTAN	1,66	0,000
FDI	-0,018	0,009
Life_expectancy	0,371	0,000
Imports_b	1,83E-07	0,620
Inflation	0,039	0,140
Education	-1,448	0,148
Constante	-27,662	0,000
Pseudo R2	0,55	
LR chi2 (6)	476,98	

Fonte: elaboração própria.

Tabela 5: Modelo de regressão Logit

Distribuição de probabilidade Logarítmica		
Variável dependente: OCDE		
Variáveis independentes	Coefficiente	P-valor
OTAN	3,036	0,000
FDI	-0,03	0,020
Life_expectancy	0,679	0,000
Imports_b	3,49E-07	0,623
Inflation	0,075	0,127
Education	-3,203	0,071
Constante	-50,252	0,000
Pseudo R2	0,55	
LR chi2 (6)	477,05	

Fonte: elaboração própria.

No entanto, ressalta-se que esses modelos, por não apresentarem valores constantes dos coeficientes das variáveis, não demonstram a magnitude exata dos efeitos das variáveis no modelo e apenas comprovam o tipo de efeito (positivo ou negativo) e a significância delas. Para encontrar a magnitude é necessário calcular o efeito marginal das variáveis (WOOLDRIDGE, 2016).

Nessa estimação o efeito parcial da variável OTAN é 0,467 no modelo de Probit e 0,451 no modelo de Logit.

4.3. Análise dos coeficientes

Quanto aos resultados, observa-se que a variável OTAN é estatisticamente significativa em todas metodologias utilizadas, o que reforça a hipótese de que ser um país politicamente alinhado aos Estados Unidos aumenta as chances de ser um membro da OCDE. Pela estimação, ser membro da OTAN aumenta as chances de o país ser membro da OCDE em 24% pelo modelo de probabilidade linear, e em 19% pelo modelo de efeitos fixos. Já pelo modelo de distribuição de probabilidade normal a chance aumenta em 47% e pelo modelo de distribuição logarítmica a chance aumenta em 45%

Tal fato é corroborado quando se observa o breve período que um país leva para emitir um pedido de acessão à OCDE após ter se tornado um membro da OTAN. Alguns países que antes formavam a Iugoslávia e União Soviética, países socialistas, tiveram rápido acesso aos dois órgãos, como pode ser observado na tabela 6 abaixo. No entanto, o caso que mais se destaca é o da Turquia que, em 1952, tornou-se membro da OTAN e, em 1961, foi o 9º país a adentrar a OCDE, tornando-se membro da Organização antes de países como Alemanha, Suécia e Holanda. Ademais, todos os países membros da OTAN no período da criação da OCDE se tornaram membros da Organização no seu primeiro ano de vigência. Vale ressaltar que o objetivo desse modelo não foi relacionar se o país entra primeiro na OCDE ou na OTAN e sim a presença dos países em ambas Organizações.

Tabela 6: Entrada dos países que formavam a Iugoslávia e a União Soviética

País	Entrada na OCDE	Entrada na OTAN
Eslováquia	2000	2004
Eslovênia	2010	2004
Estônia	2010	2004
Hungria	1996	1999
Letônia	2016	2004
Lituânia	2018	2004
Polônia	1996	1999
República Tcheca	1995	1999

Fonte: OTAN (OTAN, 2020) e OCDE (OCDE, 2020). Elaboração própria.

Já as variáveis que representavam o grau de abertura da economia (*FDI* e *Imports*) e de estabilidade financeira (*inflation*), não apresentaram valores estatisticamente significantes no modelo de efeitos fixos. Isso ocorreu pois essas variáveis seriam constantes no curto período de tempo apresentado (16 anos). Esse resultado poderia demonstrar que a maioria dos países estudados são financeiramente estáveis e com grau de abertura econômica constante no tempo (tanto para economicamente muito aberto, quanto para mais fechado).

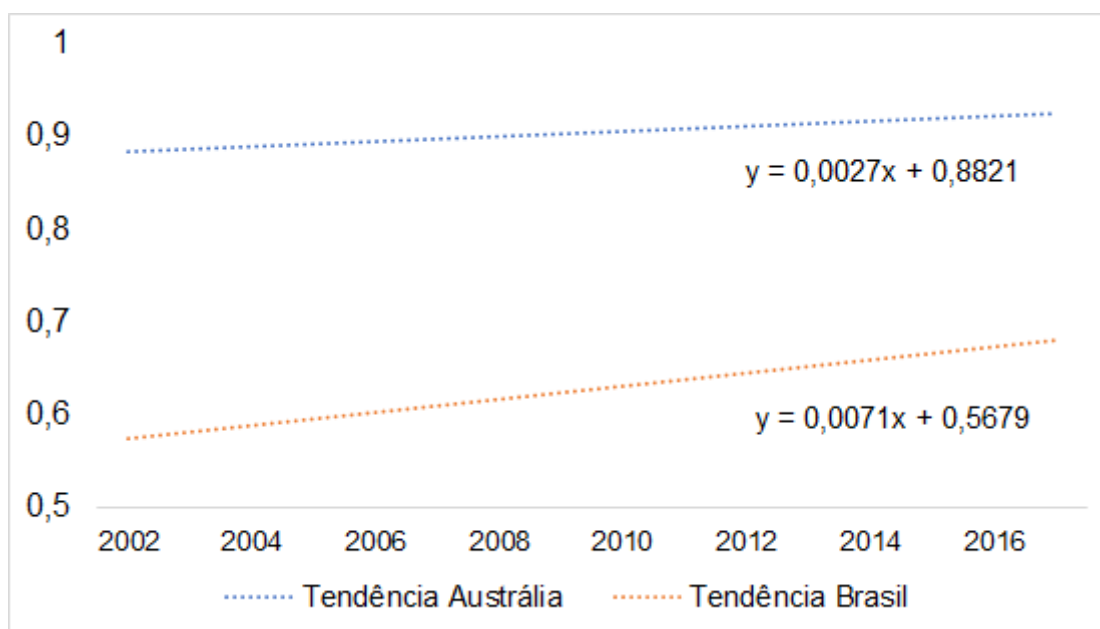
A variável de Expectativa de vida apresentou alta significância em todos os modelos. A justificativa para esse valor é sua relação com PIB per capita, ou seja, países com maior expectativa de vida apresentam maior PIB per capita, ou seja, são mais ricos e, conseqüentemente, apresentam maior probabilidade de se tornar membros efetivos do bloco

Por fim, a variável de educação apresentou um resultado surpreendente, pois obteve valor negativo nos modelos de efeitos fixos e de probabilidade normal e logarítmica (Probit e Logit). No modelo de probabilidade linear, por sua vez, o coeficiente estimado apresentou valor positivo, como seria esperado para essa variável.

A justificativa para os efeitos negativos está na retirada da parcela constante da variável de educação. Isso ocorre pois os países já presentes na OCDE apresentam altíssimos níveis de educação. Logo, seus valores de índices de educação tendem a

variando pouco e permanecer relativamente estáveis, o que reduz a tendência de crescimento da variável (como pode ser observado pelo coeficiente angular [0,0027] da equação de tendência da Austrália no gráfico 1). No entanto, os países que estão fora da OCDE, como o Brasil, apresentam uma tendência maior de crescimento no nível educacional (como pode ser observado pelo coeficiente angular [0,0071] da equação de tendência do Brasil no gráfico 1). Assim, os modelos de Probit, Logit e efeitos fixos capturam a tendência dos países da OCDE em manter altíssimos (mas relativamente constantes) índices de educação como um fator que impactaria negativamente em se tornar membro da OCDE.

Gráfico 1: Tendência de desenvolvimento da educação no Brasil e na Austrália



Fonte: PNUD (PNUD, 2020). Elaboração própria.

O motivo pelo qual no modelo de probabilidade linear a variável educação apresenta valor positivo se refere a correlação desta com a variável não observável de qualidade das instituições. Como destacaram Acemoglu e Robinson, “As instituições econômicas inclusivas preparam o terreno também para dois outros motores da prosperidade: tecnologia e educação” (ACEMOGLU; ROBINSON, 2012, p.61). Dessa forma, nesse modelo, por não apresentar ponderação sobre o período de tempo, o efeito de educação reflete também a qualidade das instituições de cada país uma vez que essa é constante no tempo.

No entanto, o modelo de efeitos fixos permite que fatores como esse não afetem as variáveis. Assim, nessa regressão é observado o coeficiente de educação por si só, enquanto no modelo de probabilidade linear, o efeito tanto de educação quanto da qualidade institucional.

5. Conclusão

A OCDE passou por diversas alterações desde a sua criação. Fundada como OECE em 1948 com intuito de promover a recuperação de países europeus após a Segunda Guerra Mundial, a Organização foi reestruturada para atender a demanda de um mundo bipolar durante a Guerra Fria e rebatizada de OCDE. Desde então, diversos países foram aceitos como novos membros da Organização, sendo a maioria deles com renda nacional elevada. Desse fato veio a ideia, comumente conhecida, de que a OCDE seria um “clube de países ricos”.

Contudo, ingressar como membro da Organização não é um processo simples. Há critérios detalhados e rigorosos, que abrangem elementos como sistema de governo, fatores econômicos e proximidade com o trabalho da Organização, para permitir que um país possa fazer parte da OCDE.

A partir da década de 1990, o Brasil passou a se aproximar da OCDE e estabeleceu relações diplomáticas com a Organização de forma a compreender quais benefícios poderiam vir de tal cooperação. A partir daí o Brasil passou a ser membro-observador da Organização e ingressou em diversos de seus comitês, além de participar em outras iniciativas. O Acordo Marco de Cooperação com a OCDE, assinado em 2015, foi um indicativo do reconhecimento da crescente aproximação do Brasil com a Organização e que culminou com o pedido de acesso à OCDE, feito em maio de 2017.

Dessa forma, estabeleceu-se um modelo econométrico que visou verificar se a maior aproximação do Brasil com os Estados Unidos aumentaria as chances do país em ser aceito na OCDE. Usando a OTAN como *proxy* para a aliança de um país com os EUA e controlando outras variáveis importantes, foi feito um modelo com dados

em painel. Esse modelo foi então regredido de quatro maneiras diferentes, com modelo de probabilidade linear, com regressão de efeitos fixos utilizando dados em painel e utilizando as metodologias de Probit e Logit. Observou-se que, em todos os modelos, a variável OTAN foi estatisticamente significativa. Isso reforça a hipótese de que ser politicamente aliado aos EUA aumentaria as chances de um país em ser membro da OCDE.

Dessa forma, o resultado obtido pelo modelo econométrico fortalece a noção de que, dada a maior aproximação política entre Brasil e Estados Unidos, a declaração de apoio feita pelos EUA em 2019 ao pleito brasileiro de ser membro da OCDE foi um movimento diplomaticamente importante e necessário para o Brasil ter reais chances de ser aceito como membro pleno na Organização.

Dito isso, é importante fazer algumas ponderações sobre o resultado obtido. Ao se utilizar testes econométricos para analisar relações entre países, inevitavelmente haverá o problema da limitação de observações que podem ser feitas, dado o número restrito de nações existentes. Dessa forma, os 45 países da base de dados utilizada foram selecionados de forma a obter um corte adequado de países que possuíssem perfil semelhante a membros da OCDE. Assim, se evitariam conclusões enviesadas pela inclusão de países não adequados para essa comparação.

Além disso, com relação à regressão por efeitos fixos, os efeitos causados pelas instituições, políticas e cultura desses países, assumindo-se que são relativamente constantes ao longo dos 16 anos analisados, não são capturados pelo modelo. De qualquer forma, dadas as características do modelo proposto, dificilmente tais variáveis poderiam ser capturadas de maneira adequada.

Por fim, nota-se que faltam estudos acadêmicos que abordem a entrada de países na OCDE utilizando técnicas econométricas. Por isso, o modelo criado não pôde ser baseado em modelos correlacionados e teve que ser construído quase que inteiramente com dados brutos. Mais produções acadêmicas nessa área são necessárias para compreender com profundidade os elementos que influenciam a entrada de países na OCDE e seus impactos no pleito brasileiro.

Referências Bibliográficas

ACEMOGLU, D. ROBINSON, J. *Porque as Nações Fracassam*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

BANCO CENTRAL DO BRASIL (BCB). *Nota Metodológica nº 2 – Transações correntes*. 2015. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/content/estatisticas/Documents/notas_metodologicas/balanco_pagamentos/bpm6/nm2bpm6p.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2020.

BANCO MUNDIAL. *Foreign direct investment, net inflows (% of GDP)*. 2020. Disponível em: <<https://data.worldbank.org/indicador/BX.KLT.DINV.WD.GD.ZS>>. Acesso em: 13 fev. 2020.

BANCO MUNDIAL. *GDP per capita, PPP (constant 2011 international \$)*. 2020. Disponível em: <<https://data.worldbank.org/indicador/NY.GDP.PCAP.PP.KD>>. Acesso em: 13 fev. 2020.

BANCO MUNDIAL. *Imports of goods and services (constant LCU)*. 2020. Disponível em: <<https://data.worldbank.org/indicador/NE.IMP.GNFS.KN>>. Acesso em: 13 fev. 2020.

BANCO MUNDIAL. *Inflation, consumer prices (annual %)*. 2020. Disponível em: <<https://data.worldbank.org/indicador/FP.CPI.TOTL.ZG>>. Acesso em: 13 fev. 2020.

BANCO MUNDIAL. *Life expectancy at birth, total (years)*. 2020. Disponível em: <<https://data.worldbank.org/indicador/SP.DYN.LE00.IN>>. Acesso em: 13 fev. 2020.

DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS POLÍTICO-MILITARES DO GOVERNO FEDERAL DOS ESTADOS UNIDOS. Major Non-NATO Ally Status. 2020. Disponível em: <<https://www.state.gov/major-non-nato-ally-status/>>. Acesso em: 23 abr. 2020.

EMBAIXADA DOS ESTADOS UNIDOS NO BRASIL. Major Non-NATO Ally. 2019. Disponível em: <<https://br.usembassy.gov/major-non-nato-ally/>>. Acesso em: 23 abr. 2020.

FERNANDES, D. *Por que o Brasil ainda não conseguiu entrar na OCDE, o clube dos países ricos?*. BBC Brasil, Paris, 5 de jun. de 2018. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-44361623>>. Acesso em: 10 jan. 2020.

G1. *Colômbia vira oficialmente o 37º membro da OCDE*. 2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/noticia/2020/04/29/colombia-vira-oficialmente-o-37o-membro-da-ocde.ghtml>>. Acesso em: 8 mai. 2020

GODINHO, R. *A OCDE em Rota de Adaptação ao Cenário Internacional: Perspectivas de relacionamento do Brasil com a Organização*. Brasília: FUNAG, 2018. Disponível em: <funag.gov.br/loja/index.php?route=product/product&product_id=954>. Acesso em: 14 fev. 2020.

HUMAN DEVELOPMENT REPORT. *Education Index*. 2013. Disponível em: <<http://hdr.undp.org/en/content/education-index>>. Acesso em: 5 jul. 2020.

MELO, D. S. N. *Atuação da OTAN no Atlântico Sul*. Repositório Institucional UNESP, 2018. Disponível em: <<https://repositorio.unesp.br/handle/11449/152858>>. Acesso em: 8 mar. 2020.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA. *Entenda a relação de cooperação entre Brasil e a OCDE*. Brasília, 24 de dez. de 2019. Disponível em: <<http://www.economia.gov.br/noticias/2019/12/entenda-a-relacao-de-cooperacao-entre-o-brasil-e-a-ocde>>. Acesso em: 12 jan. 2020.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA. Governo brasileiro solicita ingresso à OCDE como país-membro. Brasília, 1 de junho de 2017. Disponível em: <<http://www.fazenda.gov.br/noticias/2017/junho/governo-brasileiro-solicita-ingresso-a-ocde-como-pais-membro>>. Acesso em: 13 fev. 2020.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. *Acordo Marco de Cooperação com a OCDE*, Brasília, 8 de abril de 2015. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/8697-acordo-marco-de-cooperacao-com-a-ocde>>. Acesso em: 05 jan. 2020.

NORTH ATLANTIC TREATY ORGANIZATION (NATO). *Founding Treaty*. 2020. Disponível em: <https://www.nato.int/cps/en/natolive/topics_67656.htm>. Acesso em: 8 mar. 2020.

NORTH ATLANTIC TREATY ORGANIZATION (NATO). *NATO Member Countries*. 2020. Disponível em: <https://www.nato.int/cps/en/natohq/nato_countries.htm>. Acesso em: 13 fev. 2020.

ORGANIZATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT (OECD). *Colombia's Path towards OECD accession*. 2020. Disponível em: <<https://www.oecd.org/colombia/colombia-accession-to-the-oecd.htm>>. Acesso em: 23 jun. 2020.

OECD. *OECD 50th Anniversary Vision Statement*. 2011. Disponível em: <<https://www.oecd.org/mcm/48064973.pdf>>. Acesso em: 23 abr. 2020.

ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (OCDE). *Discover the OCDE*. Paris: OCDE, 2019. Disponível em: <<http://www.oecd.org/general/Key-information-about-the-OECD.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2020.

ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (OCDE). *Trabalhando com o Brasil*. Paris: OCDE, 2018. Disponível em: <<http://www.oecd.org/latin-america/Active-with-Brazil-Port.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2020.

OCDE. *Report of the chair of the working group on the future size and membership of the Organization to Council: Framework for the consideration of prospective members*. Paris, 2017. Disponível em: <<http://www.oecd.org/mcm/documents/C-MIN-2017-13-EN.pdf>>. Acesso em: 23 abr. 2020.

OCDE. *Statement by the OECD regarding the status of the accession process with Russia & co-operation with Ukraine*. 2014. Disponível em: <<https://www.oecd.org/newsroom/statement-by-the-oecd-regarding-the-status-of-the-accession-process-with-russia-and-co-operation-with-ukraine.htm>>. Acesso em: 2 abr. 2020.

OCDE. *Our Global Reach*. 2019. Disponível em: <<https://www.oecd.org/about/members-and-partners/>>. Acesso 23 abr. 2020.

OXFORD REFERENCE. Overview. *Proxy variable*. Disponível em: <<https://www.oxfordreference.com/view/10.1093/oi/authority.20110803100351624>>. Acesso em: 08 mar. 2020.

PASSARINHO, N. O que o Brasil perde e ganha se entrar na OCDE, o 'clube dos países ricos' ?. *BBC Brasil*, Londres, 15 de jan. de 2020. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-51121488>>. Acesso em: 23 jan. 2020.

PASSARINHO, N. 7 a 1? Os capítulos marcantes da 'amizade desigual' entre Trump e Bolsonaro. *BBC Brasil*. Londres, 02 dez. 2019. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-50634940>>. Acesso em: 08 mar. 2020.

PINTO, D. *OCDE: Uma visão brasileira*. Brasília: FUNAG, 2000. Disponível em: <http://funag.gov.br/biblioteca/index.php?route=product/product&product_id=297>. Acesso em: 05 jul. 2020.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). *Education Index*. 2020. Disponível em: <<http://hdr.undp.org/en/data>>. Acesso em: 13 fev. 2020.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). *Human Development Index*. Disponível em: <<http://hdr.undp.org/en/content/human-development-index-hdi>>. Acesso em: 30 mar. 2020.

TRADE UNION ADVISORY COMMITTEE TO THE OECD. *OECD Membership and the Values of the Organization*. Paris, 2018. Disponível em: <https://tuac.org/wp-content/uploads/2018/06/140PS_E_8-membership.pdf>. Acesso em: 17 abr. 2020.

THORSTENSEN, V. H.; GULLO, M. F. *O Brasil na OCDE: membro pleno ou mero espectador?* São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, 2018. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/23926>>. Acesso em: 05 jul. 2020.

THORSTENSEN, V. H.; GULLO, M. F. *OCDE e os Códigos de Capitais e Intangíveis: Código de Liberalização do Movimento de Capitais e Código de Operações Correntes de Intangíveis*. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, 2019. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/27353>>. Acesso em: 05 jul. 2020.

WOOLDRIDGE, J. *Introdução à Econometria: Uma abordagem moderna*. 6ª edição. São Paulo, SP: Cengage Learning, 2016.